DECISÃO SINGULAR DSG - G.ODJ - 3701/2017

PROCESSO TC/MS	: TC/16705/2014
PROTOCOLO	: 1549652
ÓRGÃO	: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA CARAPA/MS
ORDENADOR DE DESPESAS	: ITAMAR BILIBIO
CARGO DO ORDENADOR	: PREFEITO MUNICIPAL
ASSUNTO	: CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 18/2014
EMPRESA CONTRATADA	: D.M.P PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO	: PREGÃO PRESENCIAL N. 3/2014
OBJETO	: AQUISIÇÃO DE PNEUS PARA A FROTA DE VEÍCULOS, CAMINHÕES E MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO.
VALOR INICIAL	: R$ 80.532,00
RELATOR	: CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

CONTRATO ADMINISTRATIVO. FORMALIZAÇÃO E TEOR. EXECUÇÃO FINANCEIRA. ATOS LEGAIS E REGULARES.

DO RELATÓRIO

Tratam os autos da apreciação da formalização e teor (2ª fase) e da execução financeira do Contrato Administrativo n. 18/2014 (3ª fase), celebrado entre o Município de Laguna Carapã/MS e a empresa D.M.P Pneus e Acessórios Ltda, constando como ordenador de despesas o Sr. Itamar Bilibio, prefeito municipal.

O objeto do contrato é a aquisição de pneus para a frota de veículos, caminhões e máquinas pesadas do município, no valor global de R$ 80.532,00 (oitenta mil, quinhentos e trinta e dois reais).

Foi emitida a Decisão Singular DSG. G. ODJ n. 149/2017, julgando a legalidade e regularidade do procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial n. 3/2014 (processo TC/MS n. 7820/2014).

A 4ª Inspetoria de Controle Externo (4ª ICE) realizou a Análise ANA n. 121/2017, entendendo pela legalidade e regularidade da formalização e da execução financeira do contrato em tela.

Ato contínuo, o Ministério Público de Contas (MPC) emitiu o Parecer PAR – 3ª PRC n. 3239/2017, opinando pela legalidade e regularidade dos atos praticados.

DA DECISÃO

O instrumento contratual foi pactuado em observância às exigências do art. 55 e do art. 61, parágrafo único da Lei n. 8.666/93.

A execução financeira do contrato em análise atendeu aos ditames da Lei n. 4.320/64 e restou assim demonstrada:

- Valor Inicial da contratação: R$ 80.532,00;
- Valor Total Empenhado: R$ 28.818,00;
- Notas Fiscais: R$ 28.818,00;
- Comprovantes de Pagamento: R$ 28.818,00.

Por fim, os documentos obrigatórios foram enviados de forma tempestiva para esta Corte de Contas, conforme o prazo estabelecido pela Instrução Normativa TC/MS n. 35/2011.

Assim, acolho o entendimento da 4ª ICE e o parecer ministerial, e **DECIDO**:

1. pela **legalidade e regularidade** da formalização e teor do Contrato Administrativo n. 18/2014 (2ª fase), celebrado entre o Município de Laguna Carapã/MS e a empresa D.M.P Pneus e Acessórios Ltda, constando como ordenador de despesas o Sr. Itamar Bilibio, prefeito municipal, com fulcro no art. 59, I, da Lei Complementar Estadual (LCE) n. 160/2012, c/c o art. 120, II, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas (RITC/MS), aprovado pela Resolução Normativa TC/MS n. 76/2013;

2. pela **legalidade e regularidade** da execução financeira do Contrato Administrativo n. 18/2014 (3ª fase), consoante dispõe o art. 59, I da LCE n. 160/2012, c/c o art. 120, III, do RITC/MS;

3. pela **intimação** do resultado deste julgamento aos interessados, conforme o art. 50 da LCE n. 160/2012, c/c o art. 70, § 2º, do RITC/MS.

Campo Grande/MS, 28 de abril de 2017.

CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO
Relator

dncs